

O CERRADO BRASILEIRO NA PERSPECTIVA DOS POVOS INDÍGENAS: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS¹

PEREIRA, Yara Gonçalves Santos²

SILVA, Lorraine Gomes da³

GT 2: Conflitos Socioambientais

Resumo

A pesquisa é uma dissertação em andamento e discute a importância do bioma Cerrado para os povos indígenas que vivem nessa região, destacando sua rica biodiversidade e sociobiodiversidade. O objetivo é levantar, registrar e analisar como os povos indígenas compreendem a situação sociocultural, ambiental e territorial do Cerrado e quais são as proposições para políticas públicas específicas. O Cerrado é fundamental para os povos indígenas, fornecendo alimentos, medicina tradicional, lugar da cultura e identidade. No entanto, esses povos enfrentam desafios significativos, incluindo falta de demarcação de Terras Indígenas, pressão e perda de território, desmatamento e violência. A pesquisa destaca a importância de proteger os direitos dos povos indígenas que vivem no Cerrado. A metodologia é a Investigação Ação Participativa (IAP) e busca destacar a valorização dos saberes locais e comunitários e a descolonização do conhecimento como fatores fundamentais para o fortalecimento das epistemologias indígenas e da autonomia dos povos. Fals Borda (1981; 1987); Brandão, (1981); Krenak (2019), entre outros são essenciais para a discussão teórica.

Palavras-chave: Povos Indígenas; Cerrado; Território; Investigação Ação Participativa; Decolonialidade.

¹ Este texto integra a dissertação de mestrado, iniciada em 2025 e ainda em andamento, intitulada: O Cerrado brasileiro na perspectiva dos povos indígenas: território, bem viver e sustentabilidades outras. A presente dissertação faz parte de uma pesquisa mais ampla coordenada pela segunda autora intitulada: Povos Indígenas do Cerrado brasileiro: pesquisa-ação, desenvolvimento territorial e sociocultural sustentável do/no espaço rural e urbano, que está sendo executada na Universidade Estadual de Goiás (UEG), câmpus Cora Coralina, na cidade de Goiás (GO), com vigência de 2024 a 2027, com financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Goiás (FAPEG).

² Mestranda em Geografia na Universidade Estadual de Goiás, câmpus Cora Coralina, pós-graduação em Geografia (PPGEO). Professora temporária no curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, câmpus nordeste (município de Porangatu), Goiás, Brasil. E-mail: yara.pereira@ueg.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-5018-1511>.

³ Dra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Universidade Estadual de Goiás (UEG), câmpus Cora Coralina, cidade de Goiás, no curso de graduação em Geografia; Mestrado em Geografia (PPGEO) e Mestrado em Ambiente e Sociedade (PPGAS), no Câmpus Sudoeste, Goiás, Brasil. E-mail: lorraine.silva@ueg.br, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3760-3705>

INTRODUÇÃO

O Cerrado é um bioma⁴ importante para o planeta, reconhecido como o segundo maior bioma da América do Sul, perdendo apenas para a Amazônia, se estende por uma vasta área de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados do território brasileiro, o que equivale a aproximadamente 24% do país, presente em nove estados: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal. Além disso, compreende alguns enclaves, que são porções de terreno inseridas dentro de outros biomas, nos estados do Amapá, Amazonas e Roraima. Além do Brasil o Cerrado alcança territórios no nordeste do Paraguai e também no leste da Bolívia.

Para além de sua importância ecológica, o Cerrado é um território de rica diversidade sociocultural, é a casa de muitos povos, comunidades e sujeitos que fazem dele a base da vida (existência), de práticas culturais e conhecimento ancestral.

A escolha do bioma Cerrado como recorte espacial da pesquisa é justificada pelos alarmantes dados apresentados por diferentes órgãos (ISA; ANA; CLIMAINFO; MAPBIOMAS), entre outros sobre o rápido e contínuo desmatamento desse bioma. Em 2023, o Cerrado superou a Amazônia e se tornou o bioma com a maior área desmatada no país, totalizando 1.110.326 hectares de vegetação nativa suprimida. Isso representou 61% do desmatamento total no Brasil naquele ano. Em 2024, essa tendência se manteve, com o Cerrado concentrando 52,5% do desmatamento total, perdendo 652.197 hectares. Embora o desmatamento tenha caído em todos os biomas em 2024, a proporção de desmatamento no Cerrado em relação ao total nacional permaneceu muito alta e continua crescente em 2025.

Para além do agronegócio⁵, que se configura como uma das atividades mais realizadas e impactantes em áreas de Cerrado, as pressões sobre este território são igualmente impulsionadas por outras atividades como a mineração; extração de madeira ilegal; pecuária; empreendimentos energéticos – sobretudo, hidrelétricos; construção de estradas e rodovias; biopirataria; entre outras.

⁴ É uma região geográfica com características geológicas, ecológicas e climáticas semelhantes, onde plantas e animais se desenvolveram e se adaptaram a essas condições, são importantes áreas hídricas e biodiversa.

⁵ O conceito de agronegócio integra diversos processos produtivos, industriais e de serviços, que o define como a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.

Diante do contexto apresentado é de suma importância destacar que o empobrecimento e as perdas decorrentes desses processos não se dão somente no âmbito da fragmentação e morte das paisagens naturais, mas se estendem de forma profunda ao extermínio das culturas, práticas e modos de vida ancestrais de comunidades tradicionais e povos indígenas que ali vivem e dependem intrinsecamente do bioma para sua existência. Assim, pode-se afirmar que as ameaças são direcionadas à sociobiodiversidade como um todo, afetando tanto a riqueza biológica quanto a diversidade cultural e social.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a situação dos povos indígenas nesse contexto de pressão territorial e destruição. Entre as questões basilares destacamos: Como os povos indígenas, que são os guardiões milenares deste bioma, compreendem a situação sociocultural, ambiental e territorial do Cerrado? E quais são as ameaças em suas vidas e território?

Esse estudo conta com a participação de indígenas de diversos povos, representando os estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal, regiões que estão integralmente inseridas em áreas de Cerrado. O contato com os indígenas tem sido através de telefone, e entrevistas realizadas durante a participação de povos em eventos como o que ocorreu na cidade de Goiás (GO), em 2025 (Tenda Multiética).

Quem fará as análises e as denúncias de questões que envolvem o território e a vida frente a situação socioambiental do Cerrado são os indígenas. Por isso, entendemos que a metodologia mais adequada seja a Investigação Ação Participativa (IAP), que garante a colaboração ativa e o protagonismo dos sujeitos envolvidos. Diante desse cenário de intensa pressão e rápida degradação, torna-se imperativo que a pesquisa e a ação se unam em prol do Cerrado e suas gentes, provocando novas reflexões pautadas nos sujeitos que mais sofrem diretamente com as perdas territoriais, a morte de lideranças, e o extermínio silencioso de suas gentes e de sua natureza.

Contudo, a partir dessa compreensão aprofundada, busca-se identificar e propor caminhos para que o Estado e diversas instituições possam criar políticas públicas específicas, ações e projetos que de fato contemplem e promovam o bem viver desses povos em seus territórios e ambientes.

METODOLOGIA

A pesquisa utiliza como metodologia a Investigação Ação Participativa (IAP). Segundo diferentes autores, sobretudo Faz Borda (1981) afirmam que é uma metodologia que emerge no Sul Global, especialmente na América Latina (nos movimentos sociais), como resposta às práticas eurocêntricas. Em relação à pesquisa acadêmica seu principal objetivo é transformar a realidade social a partir da produção coletiva de conhecimento, rompendo com a lógica de separação entre pesquisador e pesquisado.

Entre os principais estudiosos dessa metodologia destacamos: Fals Borda (1981), foi o pioneiro na sistematização da IAP como metodologia de libertação social na América Latina. Freire (1987), cuja pedagogia do diálogo e da problematização mesmo não tendo essa denominação, está na base da IAP. Brandão (2006), defensor da educação popular e da pesquisa participativa como ferramentas de transformação e Thiollent (2011) que sistematizou a IAP no Brasil no campo das ciências sociais aplicadas, entre outros.

A Investigação Ação Participativa (IAP) para Fals Borda (1987) é uma abordagem metodológica que busca envolver os atores sociais no processo de pesquisa, promovendo a participação ativa e a co-construção de conhecimento. Essa abordagem é fundamental para a transformação social e política, especialmente em contextos de colonialidade do poder e epistemologia dominante (Quijano, 2000; Mignolo, 2003). A IAP também pode ser vista como uma forma de pesquisa que visa transformar a realidade social e política por meio da participação direta dos atores sociais (Fals Borda, 1987).

Autores como Brandão (1981, 2006) destacam a importância da participação comunitária na pesquisa e no desenvolvimento local. Além disso, a IAP pode ser uma ferramenta importante para a descolonização do conhecimento e a promoção de saberes subalternos (Mignolo, 2003).

Para Weir (2010), a Pesquisa-Ação Participativa como uma prática político-metodológica rompe com a colonialidade do saber, sendo instrumento de fortalecimento das epistemologias indígenas e da autonomia dos povos. A IAP, segundo ele, deve estar vinculada às lutas coletivas, permitindo que os sujeitos da pesquisa sejam também produtores de conhecimento e protagonistas de suas próprias histórias.

Desse modo, entendemos que a IAP é a metodologia adequada para o desenvolvimento da pesquisa já que em suas bases estão: a valorização dos saberes locais e comunitários reconhecendo a importância da experiência, ancestralidade, espiritualidade e conhecimentos outros dos participantes; horizontalidade nas relações de pesquisa; compromisso com a

transformação social; reflexividade constante sobre as relações de poder e a pesquisa como processo educativo, político e emancipatório são evidentes nos debates atuais, que os sujeitos sejam coautores e protagonistas do processo.

Para isso, as falas, narrativas e proposições dos indígenas serão protagonistas da investigação. O procedimento metodológico basilar é a entrevista, feita de forma virtual ou presencial. Como são aproximadamente 86 povos, objetiva-se ouvir mais representantes possíveis. Até o presente momento conseguimos de forma presencial durante o Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental (FICA), na Tenda Multiétnica (2025), entrevistas com representantes dos povos Tapuia, Avá-Canoeiro e Karajá (estado de Goiás), Xavante (estado do Mato Grosso), Funil (Bahia/Pernambuco), Xacriabá (Minas Gerais) e Canela (Tocantins).

No entanto, a utilização da IAP no contexto dos povos indígenas se alinha às práticas de descolonização epistêmica e metodológica. Queremos com essa pesquisa poder retratar as diferentes e distintas realidades desses povos em áreas de Cerrado bem como oportunizar que façam proposições no sentido de ações, políticas públicas específicas e projetos de ação em seus territórios para o bem viver pautado na conservação da natureza e sustentabilidades outras.

A construção da pesquisa vem ocorrendo junto com os indígenas, nas etapas de diagnóstico, escuta e trocas de saberes, compreendemos que isso efetiva a participação ativa dos sujeitos, não apenas como informantes, mas como coautores do conhecimento para elaboração de ações e transformações sociais, princípios fundamentais da IAP.

Enfim, o contato tem sido direto com os indígenas e as entrevistas realizadas tem como salvaguarda ética um termo de consentimento dos mesmos. No sentido de desconstrução colonial e de tutelas históricas, entendemos que os indígenas não precisam de órgãos que atestem a participação deles em nenhuma pesquisa, nem comitês de análises para atestar se a pesquisa é importante ou não.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O bioma Cerrado

O Cerrado, o segundo maior bioma da América do Sul, abrange aproximadamente 24% do território brasileiro, estendendo-se por vastas áreas de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia, Maranhão, Piauí, além do Distrito Federal. Sua singularidade reside não apenas em sua extensão, mas em sua notável sociobiodiversidade, o que o torna um dos mais biodiversos do mundo.

O Cerrado é um dos biomas mais ricos em biodiversidade do planeta, considerado um verdadeiro celeiro de vida, com cerca de 12 mil espécies de plantas, das quais aproximadamente 35% são endêmicas (Mendonça et al., 2008). Muitas dessas espécies ainda não foram formalmente descritas pela ciência, o que evidencia a necessidade de maior investimento em inventários e conservação.

Além disso, a vegetação típica do Cerrado possui raízes profundas que desempenham papel fundamental na infiltração da água da chuva e na recarga de aquíferos, o que torna o bioma essencial para o equilíbrio hidrológico nacional (Silva et al., 2006). Conhecido como a "caixa d'água do Brasil", o Cerrado abriga as nascentes de importantes bacias hidrográficas, como as dos rios São Francisco, Tocantins-Araguaia e Paraná-Paraguai (ANA, 2019). A preservação de sua integridade é vital para a regulação climática e a manutenção dos serviços ecossistêmicos que sustentam a vida em escala regional e nacional (Bustamante et al., 2012).

Apesar de sua importância ecológica e hídrica, o Cerrado tem sido historicamente visto e tratado como uma fronteira agrícola, um vasto celeiro de terras a serem convertidas para a produção. Desde a década de 1970, o bioma tem sido alvo de um processo acelerado e intenso de devastação, impulsionado principalmente pela expansão do agronegócio, da pecuária extensiva, da mineração, da construção de hidrelétricas e de outros grandes projetos econômicos.

A taxa de desmatamento no Cerrado tem sido alarmante, superando a da Amazônia em alguns períodos, resultando na perda de mais da metade de sua cobertura vegetal original (ISA, 2020; IBGE, 2022). A conversão de áreas nativas para lavouras de *commodities* agrícolas irrigadas tem impactado severamente as vazões dos rios e a disponibilidade hídrica, mais até do que as mudanças climáticas em algumas bacias (ISA, 2023). Essa lógica de exploração insustentável não apenas ameaça a biodiversidade, mas também compromete a segurança hídrica do país e coloca em risco a própria sustentabilidade da produção agrícola a longo prazo (ClimaInfo, 2024).

Para além de sua exuberante biodiversidade, o Cerrado é um território de rica diversidade sociocultural. Ele é o lar ancestral de inúmeros povos indígenas, bem como de comunidades quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e outros grupos tradicionais, que somam uma complexa rede de culturas e saberes (Silva, 2010). Existem no bioma aproximadamente 216 Terras Indígenas e 86 povos diferentes. Esses povos são, inegavelmente, os verdadeiros guardiões da sociobiodiversidade e da natureza, mantendo modos de vida profundamente conectados e interdependentes com seus territórios (Silva, 2011).

Ainda nesse sentido do Cerrado como casa de povos ancestrais, é fundamental reconhecer também seu papel como território de travessias e migrações. Sendo um bioma central no país, o Cerrado sempre foi mais do que um espaço de permanência — também atuou como trieiro, caminho de passagem para diversos povos ao longo do tempo. Com a colonização, entretanto, esses caminhos foram profundamente alterados: comunidades originárias foram expulsas de seus territórios, muitas foram aniquiladas, e novos fluxos migratórios passaram a ocupar a região. Assim, o Cerrado revela sua complexidade histórica como território de enraizamento e deslocamento, marcado por violências, resistências e reinvenções. Sob esse olhar, povos vindos do Nordeste, do Sul e do Litoral passaram a habitar o Cerrado, trazendo seus saberes e, ao mesmo tempo, sendo atravessados pelas experiências e epistemologias desse território. Afinal, a cultura indígena é, por essência, resistência.

Seus conhecimentos ancestrais sobre o uso sustentável dos recursos naturais, as propriedades medicinais das plantas do Cerrado e as técnicas de manejo do solo são cruciais para a conservação do bioma e para a existência de muitas famílias. Frutos nativos como o baru, o pequi, a macaúba e o babaçu, por exemplo, vêm ganhando destaque e são colhidos de forma sustentável por essas comunidades (Mongabay, 2021).

Apesar de sua importância e resiliência, essas comunidades enfrentam constantes ameaças. A expansão descontrolada da fronteira agrícola, a mineração e a grilagem de terras resultam em expulsão, degradação ambiental e “apagamento cultural”. A desvalorização de seus saberes e modos de vida, muitas vezes considerados “atrasados” pela lógica do “desenvolvimento” hegemônico, agrava ainda mais essa situação.

Silva (2016) considera que empreendimentos como o agronegócio em larga escala, a mineração, a pecuária extensiva, o turismo predatório, a exploração ilegal de madeira, a construção de estradas e rodovias e as usinas hidrelétricas são analisados por seus impactos diretos na sociobiodiversidade e nos modos de vida dos povos indígenas no Cerrado. A identificação e a compreensão desses impactos são passos cruciais para o desenvolvimento de estratégias de mitigação eficazes e para o fortalecimento da capacidade de resistência dos povos.

A preservação do Cerrado e de todos os seus ecossistemas é, portanto, uma necessidade urgente e complexa, que não pode ser dissociada da defesa dos direitos territoriais e culturais dos povos que ali vivem e da valorização de seus conhecimentos tradicionais. Proteger o Cerrado é também proteger a diversidade cultural e epistêmica do Brasil.

Povos Indígenas no/do Cerrado brasileiro

Segundo o Censo Demográfico IBGE (2022), existem aproximadamente 305 povos, cerca de 764 Terras Indígenas no Brasil, 1,7 milhão de pessoas autodeclaradas indígenas, representando cerca de 0,83% da população brasileira. Destas, 622,1 mil (36,73%) vivem em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas pelo governo federal.

Os últimos dados organizados pelo IBGE em 2022 melhoraram muito em relação aos povos indígenas no Brasil. Mas, relacionado a pesquisa em curso, é ainda lamentável que, em pleno 2025, com o avanço de tecnologias como georreferenciamento e geoprocessamento, ainda não existam dados oficiais sobre o número de povos indígenas vivendo em Terras Indígenas no Cerrado brasileiro. Essa ausência ou ocultação de dados revela muito sobre as dinâmicas de poder nesse território.

Compreendemos que a falta dessas informações essenciais para apresentar as diferentes e distintas realidades, compromete diretamente a garantia de direitos desses povos, sobretudo pela permanência na terra, a preservação e o fortalecimento sociocultural, linguístico e identitário, e a proteção de seus territórios.

A estimativa do Instituto Socioambiental (ISA, 2022) é de aproximadamente 86 povos vivendo em 216 Terras Indígenas. Nos estados onde a pesquisa será realizada: Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí e o Distrito Federal são diversos povos com contextos geográficos, históricos e territoriais distintos.

Até o momento levantamos os seguintes povos:

1. Minas Gerais - Maxakali, Xakriabá, Krenak, Aranã, Mukuriñ, Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Catu-Awá-Arachás, Kaxixó, Puris, Xukuru-Kariri, Tuxá, Kiriri, Canoeiros, Kamakã, Karajá e Guarani.
2. Goiás - Avá-Canoeiro, Karajá, e Tapuia.
3. Tocantins - Apinajé, Javaé, Karajá, Krahô, Xerente, Xacriabá, Canela e Avá-Canoeiro.
4. Bahia - Pataxó, Pataxó hã-hã-hãe, Kiriri, Tuxá, Kamakã, Tupinambá, Gueren e Baenã.
5. Maranhão - Guajajara, Gavião Parkatêjê, Guajá e Kanela.
6. Mato Grosso - Bakairi, Bororo, Ikpeng, Kaiabi, Kayapó, Munduruku, Rikbaktsa e Suyá.
7. Mato Grosso do Sul - Guarani, Kaiowá, Kadiweu, Terena e Ofaié.
8. Piauí - Pimenteira e Tremembé.

9. Embora o Distrito Federal não tenha Terras Indígenas oficialmente demarcadas, vivem no espaço urbano vários povos - Guarani, Karajá, Xavante, Funil, Pataxó entre outros.

Reconhecer, registrar e respeitar os territórios indígenas no Cerrado é um passo essencial para garantir não apenas os direitos constitucionais desses povos, mas também a preservação da sociobiodiversidade e dos saberes ancestrais fundamentais à sustentabilidade desse bioma. Portanto, mais do que contabilizar, é preciso escutar, proteger e dialogar com os povos indígenas que resistem e existem neste território.

A ausência de dados oficiais compromete a garantia de direitos territoriais, a preservação cultural e a efetivação de políticas públicas, reforçando a invisibilização histórica desses povos e a urgência de reconhecê-los como sujeitos de direito e guardiões da sociobiodiversidade do Cerrado.

Para avançar o debate sobre os povos indígenas do Cerrado e sua relação com o território, destacamos que é necessário articular três frentes fundamentais: política pública interseccional, reconhecimento epistêmico e mobilização territorial autônoma. Dentro dessas diretrizes é importante e essencial pensar em:

1. **Produção e acesso a dados qualificados e territorializados** - o primeiro passo é a construção de um sistema de informações com participação indígena que reconheça a diversidade de povos no Cerrado, seus modos de ocupação e formas de uso e manejo do ambiente. A ausência de dados oficiais não é apenas uma falha administrativa, mas um mecanismo de invisibilização política. É preciso reivindicar a construção de mapas etnoambientais e censos participativos, com base em metodologias sensíveis às cosmologias e formas próprias de autoreconhecimento dos povos.
2. **Demarcação e proteção efetiva das Terras Indígenas no Cerrado** - a defesa da terra, como território de vida e de conhecimento, não pode ser dissociada da luta pelo reconhecimento pleno dos direitos territoriais. Isso implica pressionar o Estado brasileiro a cumprir os marcos legais constitucionais e os tratados internacionais (como a Convenção 169 da OIT), bem como combater diretamente a grilagem, a expansão do agronegócio e os empreendimentos predatórios que ameaçam os povos e suas formas de vida.
3. **Fortalecimento das epistemologias indígenas e dos espaços de escuta** - é preciso romper com a lógica colonial de que apenas as universidades e os centros institucionais são produtores de conhecimento. Avançar no debate significa reconhecer e fortalecer os

saberes indígenas como legítimos, científicos e fundamentais para repensar a sustentabilidade, a saúde, a educação e o próprio conceito de desenvolvimento. A pesquisa-ação participativa (IAP), adotada neste trabalho, é um exemplo metodológico potente para garantir que os povos falem por si e produzam conhecimento em seus próprios termos.

4. **Políticas públicas interculturais e territorialmente situadas** - programas e ações voltados ao Cerrado e aos povos indígenas precisam ser elaborados com base em escuta qualificada, processos participativos e protagonismo comunitário. Isso significa uma ruptura com políticas universais e homogêneas, propondo políticas interculturais que levem em conta as especificidades linguísticas, espirituais, ecológicas e históricas de cada povo. Não se trata apenas de incluir, mas de reconstruir as relações entre Estado, território e povos originários.
5. **Diálogo com movimentos sociais e redes de articulação** - o avanço desse debate também depende de alianças entre povos indígenas, e comunidades tradicionais, acadêmicos, educadores, artistas e ambientalistas. A construção de redes pluriépistêmicas e multiescalares de resistência, que combinem incidência política, produção de conhecimento e mobilização social, é uma estratégia indispensável para frear o avanço da destruição do Cerrado e fortalecer a luta pelo bem viver.

Ao articular essas frentes, o debate se expande não apenas no campo acadêmico, mas também nos campos político, jurídico e social, reconhecendo os povos indígenas como protagonistas da história, guardiões do Cerrado e construtores de futuros plurais e sustentáveis.

Cerrado na perspectiva dos Povos Indígenas: importância de desafios

O Cerrado é um bioma fundamental para os povos indígenas que vivem nessa região, pois é fonte de vida, cultura e identidade. A importância do Cerrado para esses povos pode ser vista em vários aspectos:

1. **Fonte de alimentos:** O Cerrado fornece alimentos tradicionais, como frutas, raízes, castanhas e animais de caça, pesca, que são essenciais para a sobrevivência desses povos. Os indígenas ressaltam que:

No passado com o Cerrado muito preservado meu povo comia de tudo, não tinha fome, doenças, obesidade, diabetes, os frutos tinha tudo que precisava, o mel sempre foi importante para os Iny e cada época tinha um fruto diferente. Hoje se andar no espaço maior que temos de Cerrado aqui na aldeia, você fica

assustado, não tem quase nada mais. Está tudo acabando. Tem frutos que só tenho na memória. (Wahuka Iny, povo Karajá de Aruanã, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

Quando uma floresta é tombada; quando um rio é apagado; uma montanha é cortada; o fogo mata os animais; a água fica contaminada; os pássaros deixam de cantar; os espíritos não podem mais esconder na floresta; não tem peixe nem caça para a família; quando o vento da violência exterminadora leva os elementos que compõem a mãe – a terra – é de vidas que falamos – Vidas Indígenas. (Cristóvão Tsereroodi Tsoropré Xavante, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

2. **Medicina tradicional:** As plantas do Cerrado são utilizadas para fins medicinais, e os povos indígenas têm um conhecimento profundo sobre as propriedades curativas dessas plantas. Para os indígenas entrevistados:

A cura do corpo, da mente e do espírito sempre veio da natureza. Mesmo com os deslocamentos enfrentados pelos indígenas da origem da minha família, o conhecimento do mato, do Cerrado, mesmo em diáspora foi preservado e carregado até a minha geração. Não havia outro modo de curar senão pelas raízes, pelas folhas e, sobretudo, pela memória. Não a memória como o cupê (não indígena) entende — como se fosse apenas lembrança. É memória viva. Que anda com a gente, que fala, que ensina em movimento. (José Xêcajçàr Alecrim Canela, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

Minha avó e meus ancestrais sabiam muito sobre o Cerrado, esse conhecimento curou e cura muitas pessoas, através das plantas, das raízes. As pessoas acreditavam e confiavam e saravam. Hoje além do Cerrado esses conhecimentos vão se perdendo de geração para geração, pois o remédio da farmácia entrou na aldeia e muitos confiam neles. (Eunice Tapuia, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

3. **Cultura e identidade:** O Cerrado é um espaço sagrado para muitos povos indígenas, onde realizam rituais, cerimônias e práticas culturais que são fundamentais para sua identidade e bem-estar. Uma liderança do povo Tapuia destaca que:

Nosso povo está em um processo através das ações e atividades da escola pautada na educação escolar indígena de fortalecimento da cultura, identidade e língua. Hoje temos oficinas de pintura e grafismo e já temos muitas que estavam esquecidas e foram resgatadas. Os jovens gostam de pintar, sabem que pintamos a natureza, nosso Cerrado, nossos bichos, nossa vegetação e com isso acessamos os espíritos também dos nossos ancestrais. (Wellington Tapuia, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

4. **Território ancestral:** O Cerrado é o território ancestral de muitos povos indígenas, e a luta pela demarcação e proteção dessas terras é fundamental para a sobrevivência desses povos e de todos nós. Os indígenas consideram que:

A importância do Cerrado para o povo Iny, eu vou te explicar, porque o Cerrado traz não só os frutos para alimentar meu povo, mas também traz esses frutos para alimentar os animais, as aves que o Iny utiliza para sua alimentação, servem também para tirar as penas para fazer arco de flecha, os ossos de animais a gente colocava na ponta da flecha. Então, a importância do Cerrado para o povo Iny é que eles mantem nossa riqueza de diversidade, não só da parte de alimentação, mas também da água elemento essencial para vida, o Cerrado preservado mantém a água natural, assim podemos beber e tomar banho em segurança. Agora, com a desmatção que vemos se você olhar a água do rio hoje, está super suja, suja, suja mesmo. Mas é isso, o Cerrado é importante para o ser humano, na verdade não apenas para os indígenas. (Wahuka Iny, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

A aldeia São Marcos, assim como outras Terras Indígenas Xavante, está localizada em uma região do Cerrado que sofre intensa pressão do agronegócio, mineração e outros grandes empreendimentos. O desmatamento, as queimadas e a contaminação da água — mata e afeta nosso povo e todas as pessoas. Meu povo e o Cerrado são a mesma coisa, não há como existir sem os recursos da natureza. Proteger as Terras Indígenas deve ser obrigação de todas as pessoas, não apenas dos indígenas. (Cristóvão Tsereroodi Tsoropré Xavante, entrevista feita na Cidade Goiás, Tenda Multiétnica, 2025).

Ainda sobre o Cerrado e a natureza, lideranças, autoras e autores indígenas afirmam, em suas reflexões, que:

A ideia de separar os humanos da natureza é uma violência moderna. Nós, povos indígenas, sabemos que a terra não é um recurso: ela é nossa mãe, nosso corpo, nossa vida (Krenak, 2019, p. 26).

A natureza é sagrada. Para nós, o Cerrado, a floresta, os rios, são nossos parentes. Quando se destrói a natureza, não é apenas a terra que se perde, mas também a memória e o espírito do nosso povo (Potiguara, 2017, p. 42).

Nosso conhecimento ecológico é baseado na convivência milenar com a floresta, com o cerrado, com os rios. Não existe uma natureza separada da cultura indígena: somos parte da teia da vida (Baniwa, 2006, p. 45).

A floresta é nossa casa, ela fala conosco. O Cerrado, a mata, os rios são vivos, têm espírito. Os brancos não escutam essas vozes, por isso destroem (Kopenawa & Albert, 2015, p. 132).

O Cerrado é um bioma sagrado. Os nossos cantos e rezas falam da terra vermelha, do vento que sopra sabedoria, das águas que curam. O que o branco chama de recurso natural, nós chamamos de vida (Rocha, 2020).

A luta pela preservação do Cerrado é também uma luta pela continuidade das epistemologias indígenas. O Cerrado é um lugar de memória, de resistência e de produção de conhecimento (Tapuia, 2018, p. 5).

As falas acima revelam uma concepção cosmológica que compreende a natureza como ser vivo, sagrado e interdependente com a existência humana. Essas vozes indígenas ecoam em consonância com a proposta de “bem viver”, elaborada por Ailton Krenak (2019), segundo a qual o bem viver não se restringe à satisfação de necessidades materiais, mas constitui-se em uma relação ética, espiritual e respeitosa com a terra e com todos os seres vivos. Trata-se de um deslocamento paradigmático que rompe com a lógica desenvolvimentista ocidental e propõe uma mudança de paradigma, onde o desenvolvimento não é mais medido apenas pelo crescimento econômico, mas sim pela qualidade de vida para todos os seres vivos.

Entretanto, os povos indígenas que habitam o Cerrado – assim como os de outras regiões do país – enfrentam inúmeros desafios históricos e estruturais, entre os quais destacam-se:

1. A ausência de dados oficiais que visibilizem a realidade sociocultural, ambiental e territorial desses povos e suas demandas específicas;
2. A escassa demarcação de Terras Indígenas (TIs);
3. A perda e a constante pressão sobre os territórios, resultado da expansão do agronegócio, da mineração e de outras frentes econômicas, muitas vezes associadas a invasões ilegais;
4. O desmatamento e a destruição da biodiversidade, comprometendo os modos de vida tradicionais;
5. A violência crescente contra as lideranças indígenas, expressa em ameaças, perseguições e assassinatos;
6. A carência de políticas públicas que fortaleçam as línguas, identidades e culturas indígenas;
7. A precariedade da atenção à saúde, com casos recorrentes de desnutrição infantil em muitas comunidades;
8. A fragilidade da Educação Escolar Indígena, que ainda não está presente em todas as aldeias e, em muitos casos, permanece sob gestão não indígena e com viés colonizador;

9. A dificuldade de acesso e permanência no ensino superior, que segue sendo uma barreira significativa;
10. O aumento do deslocamento indígena para áreas urbanas, frequentemente associado à marginalização e à precarização das condições de vida.

Esses desafios são persistentes e estruturais, expressões de mais de cinco séculos de resistência frente a diferentes formas de colonização. Embora a Constituição de 1988 tenha representado um marco importante no reconhecimento formal dos direitos indígenas, na prática, muitos desses direitos continuam a ser sistematicamente violados. Não bastam leis no papel ou discursos institucionais que enunciam proteção enquanto o próprio Estado viabiliza, por meio de políticas e projetos, a violação dos territórios e das formas de vida indígena.

Apesar de tudo, os povos indígenas seguem ensinando, pela força e pela ancestralidade, o que significa resistir. Como afirma indígenas em suas palestras: Ailton Krenak: “Todo indígena já nasce para lutar e resistir”. Para Célia Xakriabá: “A melhor ferramenta que tive para a aprendizagem não foi o giz, mas a luta”. E, como lembra Eunice Tapuia, com lucidez e contundência: “Não escolhi lutar, sempre fui obrigada”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Cerrado brasileiro sob a perspectiva dos povos indígenas evidencia a urgência de uma reconfiguração epistemológica, política e territorial que reconheça, valorize e proteja os saberes, modos de vida e direitos dos povos originários. Longe de serem apenas vítimas de um modelo predatório de desenvolvimento, os povos indígenas que habitam o Cerrado são sujeitos cujas práticas cotidianas de manejo, cuidado e pertencimento ao território sustentam formas outras de viver e conviver com a natureza.

A pesquisa, ancorada na Investigação Ação Participativa (IAP), parte do princípio de que não é possível compreender ou transformar a realidade sem a escuta ativa e o protagonismo dos sujeitos implicados nos processos de exclusão e resistência. A IAP, ao propor uma metodologia baseada na coautoria, na horizontalidade e no compromisso com a transformação social, permite romper com paradigmas coloniais de pesquisa que historicamente invisibilizaram os povos indígenas ou os reduziram a objetos de estudo. Assim, este trabalho contribui para o fortalecimento das epistemologias indígenas e para a construção coletiva de conhecimento situado, relacional e comprometido com o bem viver.

O Cerrado, para além de sua rica biodiversidade, é também um território de sociobiodiversidade, de espiritualidades, de memórias e de práticas ancestrais. É neste sentido

que a luta pela demarcação das Terras Indígenas e pela proteção dos territórios tradicionais ultrapassa a dimensão legal ou ambiental: trata-se de uma luta civilizatória. A destruição do Cerrado representa não apenas a perda de ecossistemas únicos, mas também o apagamento de povos, línguas, cosmologias e conhecimentos que são fundamentais para repensarmos o modelo capitalista predatório vigente.

Os desafios enfrentados pelos povos indígenas no Cerrado — como o desmatamento, a violência territorial, o racismo institucional e a negação de políticas públicas específicas — não são fenômenos isolados, mas expressões concretas da colonialidade do poder, do saber e do ser. Por isso, é fundamental que os esforços de resistência estejam ancorados em uma perspectiva de interculturalidade crítica, que reconheça as assimetrias históricas e promova o diálogo entre saberes de forma ética, horizontal e transformadora.

Defender o Cerrado e seus povos exige, portanto, uma mudança de paradigma: é necessário deslocar o centro do debate sobre desenvolvimento, sustentabilidade e território para os povos que historicamente sustentaram e defenderam essa terra. As vozes indígenas, suas narrativas e proposições, expressas ao longo desta pesquisa, apontam para caminhos plurais de sustentabilidade, para um outro horizonte de vida possível — o bem viver — que articula justiça social, equilíbrio ecológico e respeito à diversidade cultural e epistêmica.

Este estudo, ainda em andamento, pretende ser uma contribuição nesse processo mais amplo de escuta, registro, visibilidade e incidência política. Ao se comprometer com uma ciência que não apenas observe, mas que se engaje, o trabalho se inscreve no esforço coletivo por um Cerrado vivo, habitado por povos livres, com seus territórios garantidos, suas culturas fortalecidas e seus saberes reconhecidos como parte essencial da luta por um Brasil mais justo, plural e descolonizado.

A valorização dos saberes locais e comunitários, a horizontalidade nas relações de pesquisa e o compromisso com a transformação social são fundamentais para a construção de políticas públicas específicas e ações que beneficiem os povos indígenas. Além disso, a descolonização do conhecimento e a promoção de saberes são essenciais e urgentes, já que historicamente há um apagamento dos povos indígenas na história do Brasil.

Nesse contexto, a pesquisa contribui para evidenciar a situação de vida e as pressões territoriais exercidas sobre os povos indígenas no Cerrado e pode ser um importante instrumento para o fortalecimento das epistemologias indígenas e da autonomia dos povos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). *Atlas das águas: segurança hídrica para o abastecimento urbano*. Brasília: ANA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/ana>. Acesso em: 14 jul. 2025.

AILTON, Krenak. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BANIWA, G. A questão indígena e a construção de um projeto de nação pluriétnica no Brasil. In J. C. Godoy & R. Carvalho (Orgs.). *A contribuição indígena à formação da sociedade brasileira* (pp. 33–50). MEC/SEF, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Primeiros Passos).

_____. *Pesquisa participante*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BUSTAMANTE, Mercedes Maria da Cunha et al. Estimativas de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento no bioma Cerrado: implicações para políticas públicas. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 64, n. 3, p. 36–40, 2012. Disponível em: <https://cienciaecultura.bvsalud.org>. Acesso em: 14 jul. 2025.

CLIMAINFO. *Cerrado perde mais de 1 milhão de hectares em um ano*. 2024. Disponível em: <https://climainfo.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *El conocimiento y el poder popular: lecciones con campesinos de Nicaragua, México, Colombia y Venezuela*. Bogotá: Siglo XXI Editores, 1987.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022: população indígena*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Desmatamento do Cerrado supera o da Amazônia*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 14 jul. 2025.

_____. *Terras indígenas no Cerrado*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br>. Acesso em: 14 jul. 2025.

_____. *Impactos do desmatamento no Cerrado nas bacias hidrográficas*. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 14 jul. 2025.

KOPENAWA, D., & Albert, B. *A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami*. Companhia das Letras, 2025.

MAPBIOMAS. *Cerrado*. MapBiomas. Disponível em: <https://mapbiomas.org/cerrado>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MENDONÇA, Rafael de Carvalho et al. Flora vascular do bioma Cerrado: checklist com 12.356 espécies. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Org.). *Cerrado: ecologia e flora*. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008. v. 2, p. 421–1279.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MICHEL, Thiollent. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONGABAY. *Frutas do Cerrado são alternativa sustentável para a economia de comunidades tradicionais*. 2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com>. Acesso em: 14 jul. 2025.

POTIGUARA, E. (2017). *Metade cara, metade máscara*. Editorial Mulheres.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *Revista do Centro de Estudos Sociais*, Coimbra, v. 1, n. 1, p. 1–20, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.706>. Acesso em: 14 jul. 2025.

QUINTEIRO WEIR, José Ángel. La investigación acción participativa (IAP) como herramienta de trabajo en contextos interculturales: una experiencia con pueblos indígenas. *Alteridades*, Ciudad de México, v. 20, n. 39, p. 65–77, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74716195006>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ROCHA, Leila. Povo Guarani Nandeva. Cerrado: território sagrado dos povos indígenas. *Instituto Cerrados*. <https://www.institutocerrados.org.br>, 2020.

SILVA, Délcio Antônio Monteiro da. Importância do Cerrado na manutenção do ciclo hidrológico no Brasil. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 103–112, jan./mar. 2006.

_____. Povos e comunidades tradicionais no Cerrado brasileiro: diversidade e ameaças. In: REDE CERRADO (Org.). *Cerrado: conhecimento para sustentabilidade*. Brasília: Rede Cerrado, 2010. p. 45–59.

_____. Saberes tradicionais e conservação do Cerrado: um olhar a partir dos povos indígenas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 6, n. 2, p. 80–89, 2011.

_____. Impactos socioambientais no Cerrado: análise crítica dos grandes empreendimentos. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 327–344, jul./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5216/sec.v19i2.38950>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SILVA, Lorraine Gomes da. *Avá-Canoeiro: guardiões do Cerrado do Norte Goiano*. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 116–138, 2011. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v4i1.16685>. Acesso em: 14 jul. 2025.

_____. *Singrar rios, morar em cavernas e furar jatoká: ressignificações culturais, socioespaciais e espaços de aprendizagens da família Avá-Canoeiro do Rio Tocantins*. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/13470>. Acesso em: 14 jul. 2025.

Tapuia, Eunice. Picordi. C. M. Direitos indígenas e interculturalidade: Desafios para a implementação das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, 23, e230022. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230022>, 2018.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.